

Agricultura Familiar, Economia Solidária e Autogestão: A experiência da Associação MUTIRÃO, na região do Baixo Tocantins, Amazônia Paraense.

Área Temática: Gestão de Projetos Sociais e Solidários

Resumo

O presente trabalho foi realizado no município de Igarapé Miri, região do Baixo Tocantins, estado do Pará, com o objetivo de apresentar a experiência de agricultores e agricultoras familiares que se articularam a partir do Projeto MUTIRÃO, o qual é viabilizado pela Associação Mutirão de Igarapé Miri (Associação MUTIRÃO). Esses atores sociais se organizam a fim de garantir as populações ribeirinhas melhor qualidade de vida, geração de emprego e renda, além do acesso a bens fundamentais como saúde, educação, formações, Assistência Técnica na produção agrícola, em especial no cultivo e manejo de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) nativo. Conclui-se que, além de estabelecer relações com outras entidades de assistência técnica, de pesquisa e de ensino, a Associação MUTIRÃO conseguiu articular-se de tal modo que viabilizou o surgimento de novas formas organizacionais no município, a saber: a Cooperativa Agrícola dos Empreendimentos Populares de Igarapé Miri - CAEPIM, Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé Miri - CODEMI e a Associação de Mulheres de Igarapé Miri – ASMIM. Essa proximidade existente entre os EES possibilitou o surgimento de uma *rede* solidária, no município de Igarapé Miri.

Palavras-chave: Organização social; Várzea; Desenvolvimento territorial; Produção.

1 Introdução

1.2 Contribuições teóricas sobre Economia Solidária – EcoSol

As consequências da economia capitalista para a sociedade em geral vem sendo apontadas por diversos analistas, inclusive os que se dedicam ao estudo e se engajam nas atividades da economia solidária (BARBOSA, 2011). Segundo Nezilda Culti “*O desemprego crescente aumenta o contingente dos socialmente excluídos*” (CULTI, 2002), fazendo-se necessário o surgimento de uma nova economia.

Enquanto o capitalismo é compreendido como um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito de propriedade individual, a economia solidária é outro modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (SINGER, 2002). Para alguns autores como Cunha (2003) e Singer (2003), a Economia Solidária deve muito às contribuições teóricas dos socialistas utópicos, principalmente às experiências de associação desenvolvidas na prática pelos trabalhadores, desde a época dos Pioneiros de Rochdale.

Singer destaca que a Economia Solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção, conhecida como revolução industrial (SINGER, 2002). Assim, enquanto o capitalismo devora a sociedade e aponta a obtenção de lucro como objetivo principal e meta final, a EcoSol busca garantir o direito das pessoas viverem uma vida melhor e com sentido. Como afirma Santos (2005) ao dizer que,

A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes

da difusão “desregulamentada” das máquinas-ferramentas e do motor a vapor do século XIX (SANTOS, 2005).

Singer (1998) ressalta ainda que a economia solidária “*foi concebida para ser uma alternativa superior [ao capitalismo], por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc. uma vida melhor*”, por exemplo:

[...] Uma vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menos dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc.; na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam (SINGER, 2002, p. 114-115).

Essa visão toma como pressuposto a Economia Solidária como uma economia alternativa a economia dominante, o capitalismo. Assim, a economia solidária é vista não só como uma necessidade material, mas também como uma ferramenta de transformação social e opção ideológica (Cunha, 2003). É válido ressaltar que as presunções dos empreendimentos solidários se sustentam teoricamente nos pressupostos de que, a economia capitalista é essencialmente incompatível com as aspirações de existência humana saudável. “*Uma contestação mais interessante ao modelo econômico capitalista*”, porque ele está baseado na cultura do lucro, e de colocar o planeta em risco ao destruir os ecossistemas com demandas geradoras de um “*consumo desenfreado, particularmente de produtos descartáveis ou supérfluos*” (NUNES, 2009). Assim, a proposta de Economia Solidária se efetiva como uma fonte teórica e prática de contestação do capitalismo como ressalta Razeto *apud* Gadotti e Gutiérrez (1999):

A economia solidária envolve pessoas comprometidas com um mundo mais solidário, ético e sustentável (...). Associamos a economia solidária com o desenvolvimento sustentável, e mais precisamente a vida sustentável, porque entendemos a sustentabilidade com o sonho de bem viver, o equilíbrio dinâmico com o outro e com a natureza (...). Os empreendimentos de economia solidária distinguem-se dos empreendimentos capitalistas porque tem uma gestão democrática, relações intersubjetivas de trabalho, trabalho em rede, participação cidadã, mutualismo, respeito aos direitos sociais e trabalhistas e superação do trabalho alienado (Razeto *apud* Gadotti e Gutiérrez, 1999).

Segundo Souza (2012) outro aspecto fundamental que pode ser questionado sobre a natureza institucional da economia solidária, seu desafio, atualmente, é ter uma identidade, seja esta, na relação com outros movimentos sociais, a exemplo da Agricultura familiar, seja na definição de sua posição na estrutura do Estado brasileiro. Assim, essas referências sobre a Economia Solidária, permitem colocar o arcabouço explicativo sobre o sentido desta nova economia, apresentando-a em um patamar superior de análise, pois avança na identificação de redes de desenvolvimento territorial solidário (Ortega e Mendonça, 2007 *apud* Souza, 2012), cuja repercussão econômica, social, cultural e ambiental ainda está longe de ser compreendida (Souza, 2012).

A Economia Solidária – EcoSol, na agricultura familiar pode ser entendida como sendo ações de resistência, nascida, predominantemente, a partir de ações de reivindicações de trabalhadores e trabalhadoras rurais excluídos do mercado de trabalho, ou que tiveram seus direitos violados, como o acesso a qualidade de vida, saúde, educação, no caso das famílias rurais, o acesso a terra, formas de crédito ou de financiamento para investimentos nas unidades de produção, manejo, tratos culturais, ou ainda, para acessar as entidades/órgãos de

Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER. Trata-se de iniciativas que busca fazer frente à crise da vida social por meio da geração de novas formas de produção, de trabalho e renda (OLIVEIRA e SANTOS, 2012).

1.2 Agricultura Familiar e EcoSol

A agricultura é tida como uma das atividades humanas que mais impactam os ecossistemas em que vivemos, fazendo necessário, analisar esses impactos, sob a ótica do Desenvolvimento Rural Sustentável (DAL SOGLIO, 2013). Esses impactos foram ao longo da história, cada vez mais se agravando, tornaram-se predatórios aos ecossistemas. Segundo Van de Ploeg (2008), este fenômeno ocorreu, a partir do momento em que o “*lucro*” passou a ser o principal objetivo da agricultura, reduzindo a segundo plano, a produção de alimentos e produtos essenciais à sociedade.

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural (WANDERLEY, 2001). No entanto, ainda segundo a mesma autora, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe fora atribuído nos últimos anos, no Brasil, lhe conferiram aspectos de novidade e renovação. Para Caporal e Costabeber (2000) a Agricultura familiar é, ao mesmo tempo, unidade de produção, de consumo e de reprodução que, portanto, funciona mediante uma lógica de produção combinada de valores e de uso das mercadorias.

Neste sentido, os estabelecimentos agrícolas caracterizam-se por apresentar fluxos de funcionamento. Esses fluxos são de energia; entradas e saídas; financeiro e de informações. O fluxo de energia está relacionado a realização de trabalho no estabelecimento, no lote; o fluxo de entradas e saídas é caracterizado pelos insumos (entrada) e produtos (saídas); o financeiro representa o capital de giro ou investimento e o fluxo de informação que trata das trocas de conhecimentos (saberes), este último pode ser classificado, como um dos, ou o, fluxo de maior relevância deste sistema, pois é neste que ocorrem as trocas que poderão potencializar ou declinar o sistema do estabelecimento (UHLMANN, 2002).

Assim, faz-se entender que a agricultura é mais que um complicado novelo entretecido onde os fios (solo, plantas, animais, implementos, trabalhadores, matéria prima, influências ambientais) são sustentados e manipulados pelo agricultor, que forma um núcleo de alocação, produção e consumo de recursos. Assim, o grupo familiar pode estar organizado por subsistemas com menor ou maior grau de autonomia, ligados através de laços de sangue, amizades, histórias, tradições e controle coletivo do território. Suas relações econômicas, sociais e políticas também influenciam o sistema de produção do estabelecimento agrícola, servindo para atenuar os riscos recorrentes de objetivos mal sucedidos, a fim de valorar o Desenvolvimento Rural Sustentável.

No que cerne essa visão de desenvolvimento, há um confronto conceitual, no qual o “*desenvolvimento*” é tido como um sinônimo de “*crescimento*”, “*progresso*”. Neste sentido, far-se-á uma distinção entre ambos os conceitos. O *crescimento* que durante séculos foi tido como *progresso*, é representado, segundo Kageyama (2008; 2013) como melhoria nos índices econômicos, pela renda per capita, ou por outros indicadores objetivos de riqueza, como é o caso do IDH - Índice de Desenvolvimento Humano (KAGEYAMA, 2013). Amartya Sen (1993; 1999) *apud* KAGEYAMA (2013), reporta que:

Julgar o sucesso econômico de uma nação somente pela renda ou outro indicador objetivo de riqueza faz com que se perca de vista a melhoria do bem-estar da população. Um país com alta renda per capita e acesso restrito aos serviços de saúde e educação básica pode ter menor esperança de vida e maiores taxas de mortalidade, assim como num país com alto valor de

disponibilidade de alimentos per capita pode haver segmentos da população desnutridos ou famintos (SEN, 1993; 1999).

Em contrapartida, o desenvolvimento rural sustentável, como ressalta Kageyama (2008; 2013, p. 56), “*por sua vez, não é identificado com crescimento econômico, mas visto como um processo que envolve múltiplas dimensões: dimensão econômica, dimensão sociocultural, dimensão político-institucional e dimensão ambiental*”. Essa interrelação/dinamismo é melhor definido por ALMEIDA, 1998, p.136 *apud* PREZOTTO, 2002, p.52-53.

O desenvolvimento sustentável, entendemos, deve permear uma condição de equilíbrio entre os aspectos social, cultural, ambiental e econômico. A sustentabilidade está, ainda, associada à viabilidade e à longevidade. Incorpora, neste caso, a ideia de um processo dinâmico e durável e, além do crescimento econômico, um caráter de justiça social, de preservação das culturas locais e de recuperação e preservação ambiental. Dentro de uma harmonia homem-natureza, o desenvolvimento sustentável deve, ao mesmo tempo, oportunizar, em cada local, o crescimento da economia a curto, médio e longo prazos, a geração de postos de trabalho com distribuição mais equitativa de renda, respeitando culturas locais e reconstruindo e/ou preservando o equilíbrio ambiental. Com base na diversidade de situações e de soluções, o desenvolvimento toma um teor próprio em cada realidade local (ALMEIDA, 1998, p.136 *apud* PREZOTTO, 2002, p.52-53).

Assim, a alternativa encontrada por agricultores e agricultoras familiares, está pautada na organização social, a partir de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). A Economia Solidária se apresenta como uma forma de organização social que se contrapõe a pobreza imposta pelo mecanismo capitalista, objetivando garantir a um maior número de pessoas, direitos sociais (LAVILLE; FRANÇA FILHO, 2004). Compreendendo que as iniciativas de base econômica e solidária, trabalho associado e autogestionário, como experiências que configuram uma fase de transição entre um modelo socioeconômico pautado pela exploração e um modelo baseado na economia dos trabalhadores livremente associados (VIEITEZ; DAL RI, 2008 e TIRIBA, 2008).

Das características mais comuns da EcoSol, a autogestão é a mais comum delas, a qual, segundo Singer (2000), pode ser compreendida como uma forma de promoção da democracia em instituições sociais em que trabalhadores são os sócios e os sócios são os trabalhadores. Araújo et. al. (2007), ressalta que, os princípios que devem nortear a transformação da organização social da agricultura familiar se alinham com o associativismo e a participação social. Para que sejam alcançados níveis mais elevados de participação, autonomia e autopromoção devem ser observadas estes três princípios fundamentais: Autonomia; Democracia e Solidariedade. Araújo et. al. (2007), afirmam ainda que as comunidades se organizam com o objetivo de resolver necessidades comuns, que influenciam e/ou influenciaram na melhoria das condições de vida dos mesmos. Essa organização surge a partir do esforço coletivo, que vai de encontro ao problema apresentado, a fim de solucionar este que é comum ao grupo, isto é, a organização de grupos é a busca coletiva de respostas a um determinado problema comum (GONZALEZ, 1995).

Como parte da história mais recente da EcoSol, Singer (2002) afirma que, foi entre as décadas de 40 e 70, época essa em que os países ricos gozavam de pleno emprego. Mas que, a partir desse período, grande parte da produção industrial saiu de países ricos ou semidesenvolvidos, para países onde os direitos trabalhistas eram falhos ou não existiam. Dessa forma, os postos de trabalho nos países mais desenvolvidos economicamente sumiam e, ao mesmo tempo, se elevava a exploração da mão de obra nos países menos desenvolvidos, por ser mais barata.

A autogestão antes de tudo, é uma prática social e política, pautada na mobilização de trabalhadores das mais diferentes áreas de atuação, que retoma ainda, a ideia de Rosa Luxemburgo sobre o fato de que, é agindo de forma coletiva que as massas aprendem a se autogerir, logo, uma sociedade autogestionária, é aquela que se institui, experimenta e constrói por si mesma. A economia solidária traz consigo a valorização da vida, do meio ambiente, da igualdade, da justiça social, da autogestão e da democracia, ultrapassando as questões econômicas, retomando práticas coletivas de organização do trabalho e da produção e reprodução do trabalho, que visam alcançar, como nas experiências agroecológicas, soberania e segurança alimentar, outro modelo de desenvolvimento com centralidade na sustentabilidade humana (SENAES, 2004; 2007).

Baseadas nisso, as comunidades organizam-se com o objetivo de resolver necessidades comuns, que influenciaram na melhoria das condições de vida dos sócios dos EES e dos moradores da comunidade. No entanto, essa organização só é possível a partir do esforço coletivo, que vai de encontro ao problema apresentado, a fim de solucionar este que é comum ao grupo, isto é, a organização de grupos é a busca coletiva de respostas a um determinado problema (GONZALEZ, 1995).

Canterle (2004) reforça que, as organizações associativas abrigam um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, das intenções e interesses das pessoas que cooperam no sentido de fazer frente a naturais debilidades. Canterle (2004) destaca ainda que, da dinâmica dessas relações nascem ações no espaço da economia, da política, constituindo-se em processos de aprendizagem e estruturas de poder.

Neste sentido, o presente trabalho busca apresentar a experiência de agricultores e agricultoras familiares de forma autogestionária que se articularam a partir do Projeto MUTIRÃO, o qual é viabilizado pela Associação Mutirão de Igarapé Miri (Associação MUTIRÃO), na região do Baixo Tocantins, estado do Pará. Esses atores sociais se organizam a fim de garantir as populações ribeirinhas melhor qualidade de vida, geração de emprego e renda, além do acesso a bens fundamentais como saúde, educação, formações, Assistência Técnica na produção agrícola, em especial no cultivo e manejo de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) nativo.

2 Metodologia

2.1 Região do Baixo Tocantins - *Locus* da pesquisa

A pesquisa foi realizada no município de Igarapé Miri, região do Baixo Tocantins¹, estado do Pará, que é caracterizada pelas altas precipitações pluviométricas, e a influências da maré nas áreas de várzea. Dos quase 500 mil habitantes dos nove municípios, cerca de 150 mil vivem diretamente na beira dos rios e igarapés, conhecidos como ribeirinhos e ribeirinhas. Os sistemas de produção da região podem ser divididos entre o das ilhas e o da terra firme. Segundo Cardoso et al., (2007), o Território do Baixo Tocantins é composto por áreas de várzea (ilhas) e terras firmes, conforme **Figuras 1 e 2**, caracterizadas por uma extensa relação da população com o meio natural. Sua população reside em área de várzea, sob o modo de vida ribeirinho (**Figura 1 -a**)), esses atores sociais são dependente da acessibilidade fluvial (**Figura 1 -b**)). Em sua maioria, as famílias ribeirinhas realizam o extrativismo animal e

¹Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) o território do Baixo Tocantins compreende uma área de 36.024,20 Km². A população total do território é de 739.881 habitantes, dos quais 390.579 vivem na área rural, o que corresponde a 52,79% do total. Possui 32.365 agricultores familiares, 24.701 famílias assentadas, 10 comunidades quilombolas e 2 terras indígenas, com IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, médio de 0,68. A região do Baixo Tocantins apresenta um elevado índice pluviométrico anual, superior a 3.000mm, sem estação seca, temperatura média mensal na ordem de 26°C. (BRASIL, 2009).

vegetal, a partir da pesca (**Figura 2 - a**) e da coleta do fruto do açaí (**Figura 2 - b**), respectivamente.



Figura 1 – a) Representa as principais formas de moradias na área de várzea, caracterizada por casas sobre as águas do rio, elevadas com pisos do tipo palafitas; b) Visão da chegada ao porto do município de Igarapé Miri, onde dezenas de embarcações ficam “estacionadas”, enquanto seus proprietários realizam o comércio na cidade. Fonte: Própria dos autores (2014).



Figura 2 - a) Mostra agricultores familiares realizando o extrativismo animal característico da região, a pesca; e b) Apresenta a árvore do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), principal fonte de alimentação e renda da região. Fonte: Própria dos autores (2014).

Nas ilhas, predomina o extrativismo de culturas como o açaí, palmito (o qual é extraído da estirpe da palmeira do açazeiro), a andiroba (*Carapa guianensis* A.) e o cacau (*Passiflora cacao*), além do extrativismo animal com a caça e a pesca, a última com maior incidência. Ao longo dos anos, a região do Baixo Tocantins vem sofrendo inúmeras mudanças em sua caracterização, dinâmica, estrutura da produção e ocupação. Apresentada como uma região potencial ao desenvolvimento devido sua riqueza natural, somente tem servido até hoje, como exportadora de matéria prima, embora os governos municipal e estadual tenham desenhado inúmeros planos de desenvolvimento, mas sem a devida alocação efetiva de políticas públicas em especial na área de infraestrutura. Este processo é sempre permeado por entraves, conflitos e notória ausência da intervenção do Estado na região (CORRÊA, 2012).

A região do Baixo Tocantins abrange os municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cameté, Moju, Tailândia, Baião, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Igarapé Miri - *locus* da pesquisa (MODESTO JÚNIOR; ALVES 2009). O mapa abaixo (**Figura 3**) mostra as ilhas que compõem o município de Igarapé Miri.

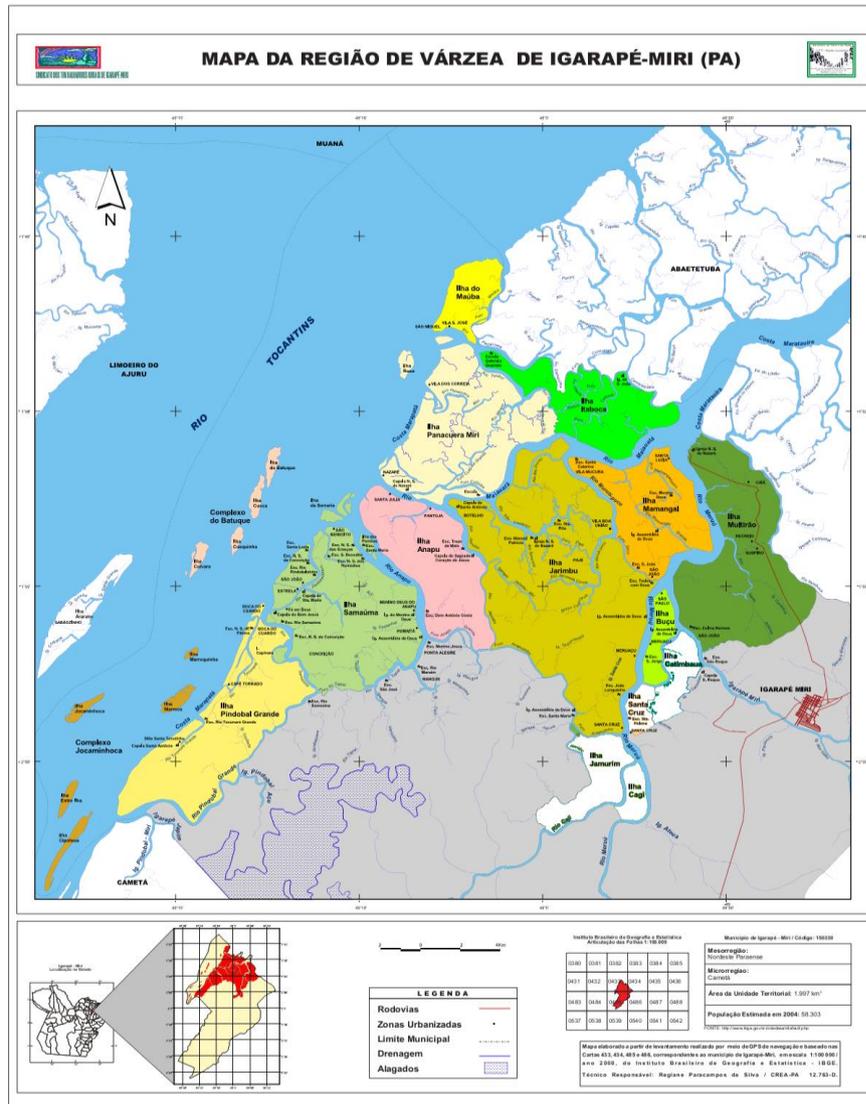


Figura 3: Mapa da região de várzea (ilhas) do município de Igarapé Miri. Fonte: Disponibilizado pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Igarapé Miri – STTR (2014).

O estudo foi realizado a partir do Empreendimento Econômico Solidário, a Associação Mutirão de Igarapé Miri (MUTIRÃO), o qual é formado em sua totalidade por agricultores e agricultoras familiares, os quais organizaram-se buscando apresentar maior representatividade frente aos poderes públicos e privados, visando garantir a seus membros qualidade de vida, acesso a crédito/financiamentos, emprego e renda, formação, educação, responsabilidade ambiental, melhorias na qualidade de vida e saúde das mulheres – relação de gêneros.

2.2 A Pesquisa-ação como metodologia de coleta de dados

Para a realização da pesquisa, utilizou-se da metodologia da pesquisa-ação para qual faz-se necessário que o pesquisador tenha a consciência de que deve haver uma estrutura de relação (confiança) entre os pesquisadores e pessoas envolvidas no estudo da realidade do tipo participativo/coletivo (GIL, 2001). O autor ressalta ainda que, a participação dos pesquisadores é explicitada dentro do processo do “conhecer” com os “cuidados” necessários para que haja reciprocidade/complementariedade por parte das pessoas e grupos implicados, que têm algo a “dizer e a fazer”. Ou seja, a pesquisa-ação “Não se trata de um simples levantamento de dados” (GIL, 2001).

Para Michel Thiollent a metodologia de pesquisa-ação, caracteriza-se como:

“[...] um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (Thiollent, 1985).

O autor reporta ainda da importância de se *“definir com precisão, qual ação, quais agentes, seus objetivos e obstáculos, qual exigência de conhecimento a ser produzido em função dos problemas encontrados na ação ou entre os atores da situação”* (THIOLLENT, 1985).

Desta forma, houve um contato inicial com a comunidade, o empreendimento MUTIRÃO, tanto com os diretores, quanto com o quadro social a ser atendido e/ou em estudo, para que a partir desse contato primeiro, pudesse verificar as reais demandas, necessidades, fragilidades, mas também compreender as fortalezas passíveis de desenvolvimento/fortalecimento dentro da comunidade. Com essas observações feitas pelos pesquisadores, realizou-se no âmbito mais específico da pesquisa, entre os pesquisadores, um planejamento das ações demandadas pelos atores sociais, e ainda, o estudo das principais ferramentas a serem utilizadas para coleta e/ou para obtenção do resultado esperado.

Quando apresentado à comunidade, os métodos e ferramentas houve a necessidade de (re)estruturar ou adequar a realidade local. O que reforça (GIL, 2001) ao dizer que a *“forma de pesquisar a realidade implica na participação da população (objeto da pesquisa) como agente ativo no conhecimento de sua própria realidade e possibilita a mesma adquirir conhecimentos necessários para resolver problemas e satisfazer necessidades. A pesquisa por ser ação, a própria forma ou maneira de fazer a investigação da realidade gera o processo de ação das pessoas envolvidas no projeto. O modo de fazer o estudo, o conhecimento da realidade já é ação; ação de organização, de mobilização, sensibilização e de conscientização”*.

Neste contexto, os diretores tiveram a responsabilidade de articular o quadro social da Associação MUTIRÃO, conscientizando-os acerca da importância de estarem organizados. Para sensibilizá-los sobre a questão da organização social e ampliar o debate acerca da discussão sobre organização social, realizou-se formações sobre Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo, buscando não apenas fortalecer o grupo já organizado, mas também estimular o surgimento de novos grupos (organizações), ou ainda, criar espaços de debates sobre assuntos de interesses comuns a determinados grupos de pessoas que compõem o empreendimento, como no caso das relações de gênero, discutindo sobre a paridade e/ou espaço que as mulheres devem ter no âmbito dos empreendimentos solidários, mas também na sociedade.

Essas metodologias sociais abordadas no trabalho proporcionam aos pesquisadores uma experiência ímpar, haja visto que, a realidade e o contato com esses atores sociais, homens e mulheres, agricultores e agricultoras familiares, os quais, mesmo com toda a dinâmica da várzea acabam por apresentar um papel de suma importância para o espaço onde vivem. Mas, para essa aproximação e a discussão da realidade, a partir das metodologias sociais, há um contingente enorme de críticas. Segundo Gil (2008), essas críticas dar-se pela forma de trabalhar a pesquisa por meio de com o modelo clássico, isto é, a partir da pesquisa empírica, o que acaba por se diferenciar de resultados predeterminados, como é o caso de pesquisas científicas.

Habermas (1971, p. 308) diz que os empiristas (pesquisadores que desenvolvem pesquisas de forma empírica) são marcados pela *“ilusão objetivista”*, pois admitem que, a partir da

observação direta dos fatos, seja possível chegar às evidências imediatas, sem o auxílio de qualquer elemento subjetivo ou da ação consciente de sujeitos ativos. Essa ideia é reforçada por Marcuse (1968) ao afirmar que *“a realidade é uma coisa muito mais rica do que aquilo que está codificado na lógica dos fatos e que, para se compreender como as coisas verdadeiramente são, torna-se necessário recusar sua simples facticidade”* (MARCUSE, 1968).

Nesta relação com o espaço e os atores sociais, em especial em áreas de várzea (nas ilhas de Igarapé Miri), foi possível realizar o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP). O qual segundo Jardim; Pereira (2009) pode ser entendido como *“uma tentativa que visa minimizar as limitações das ciências sociais em relação ao conhecimento da realidade, especialmente, quando se envolve a realidade socioeconômica e cultural das classes populares ou de grupos sociais excluídos ou pouco inseridos na sociedade contemporânea”*.

A utilização de ferramentas do DRP para a áreas de várzeas foi preciso adequações. Por exemplo, o agricultor ou a agricultora não dispõem na várzea do mesmo tempo que os mesmos atores sociais que residem em terra firme, pois na primeira situação, o tempo é determinado pelo ciclo das marés, ou seja, o cultivo, manejo, a comercialização depende diretamente das marés, se estará enchendo (maré lançante), se estará secando (maré vazante). Então as entrevistas eram realizadas no momento em que o agricultor ou a agricultora disponha do tempo e que não acarretasse em perdas para seu trabalho.

Outra ferramenta utilizada, comumente, na realização do DRP são as caminhadas transversais nas Unidades Produtivas Familiares – UPF, a caminhada transversal compreende um “caminhar” por dentro da unidade produtiva, onde o pesquisador busca reconhecer no espaço, aspectos comuns aqueles coletados durante a entrevista com o proprietário da unidade. No caso da várzea, essa caminhada torna-se mais complexa. Como está se falando de várzea, as UPF são em determinados períodos, parcial ou completamente inundadas pelas marés. Por esse motivo, a caminhada que em terra firme leva algumas horas, em áreas de várzea podem levar dias, compreendendo que são necessários vários momentos para que possa ser reconhecido o espaço que compreenda a unidade produtiva da família.

Durante a caminhada transversal foi possível a coleta de dados adicionais sobre a importância de fazer parte de um empreendimento solidário, neste caso da Associação MUTIRÃO; ou ainda sobre as vantagens e desvantagens dessa organização para o desenvolvimento familiar; a relação que existe entre a diretoria do empreendimento e o quadro social; os ganhos, até o momento, conseguidos de forma coletiva, via Associação MUTIRÃO; e as perspectivas para a organização com o quadro atual de sócios e par as futuras gerações.

Para realização da pesquisa é importante destacar a metodologia da pesquisa-ação, a qual agrega, como método, várias técnicas de pesquisa social. A Utilização d suas técnicas possibilita ao pesquisador, tanto a coleta, quanto a interpretação dos dados coletados em campo, além de garantir a esse pesquisador possíveis intervenções, buscando a resolução de problemas e a organização de ações, bem como de técnicas e dinâmicas de grupo para trabalhar com a dimensão coletiva e interativa na produção do conhecimento e programação da ação coletiva (GIL, 2008). O autor ressalta ainda que, *“o momento investigativo divide-se em várias fases. Dentre elas, a seleção de uma área de trabalho, a recompilação de informações sobre esta, observação e levantamento das características de sua população; seleção e capacitação de “grupos estratégicos”; realização da pesquisa e devolução dos resultados”* (GIL, 2008).

3 Resultados e Discussões

Com o processo de resistência dos agricultores familiares ribeirinhos, exploradas por décadas por grandes latifundiários, no município de Igarapé Miri, foi possível perceber a importância que o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Igarapé Miri – STTR, teve para o fortalecimento da agricultura familiar, a partir da incentivo a organização social desses atores sociais para o desenvolvimento local e territorial. O STTR de Igarapé Miri com o auxílio de parceiros e colaboradores, introduz o debate sobre a produção e comercialização de produtos oriundos das Unidades Produtivas Familiares - UPF de seus associados. Esses debates e discussões intensificaram a necessidade de organizar os agricultores e agricultoras da região, contribuindo desta forma para o surgimento da Associação Mutirão de Igarapé Miri – Associação MUTIRÃO.

No início da constituição, em 20 de Maio de 1990, a qual está sediada na Ponta Negra do Rio Meruu Açú, município de Igarapé Miri, estado do Pará, a Associação MUTIRÃO foi formada com 64 sócios. Esses sócios organizaram-se com o objetivo de acessar linhas de crédito, financiamento, entre outras formas de investimentos para desenvolver a produção nas suas Unidades Produtivas Familiares (UPFs). O primeiro projeto a ser acessado pela MUTIRÃO foi o Fundo Constitucional do Norte - FNO Especial, em 1993, onde dos 64 sócios, apenas 27 tiveram acesso ao crédito para investimentos nas suas UPFs, esses foram os primeiros projetos de FNO Especial, aprovados no município de Igarapé Miri, os quais foram submetidos pela MUTIRÃO para manejo, implantação e produção de açaí.

No entanto, os sócios da MUTIRÃO não tinham experiência com o cultivo do açaí, haja visto que, a maioria dessa população vivia do extrativismo, não viam a necessidade cultivar o açaí, mas apesar da grande produção local, a produção da região acabava sendo pequena. Busca-se então a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater, a fim de que esta pudesse assistir os agricultores, mas a medida tomada pela Emater na época foi de retirar o açaí nativo, “limpando” a área de cultivo nativo e implantando nesta um novo plantio, seguindo as indicações dos técnicos da referida empresa. Adequando espaçamento, adubação, entre outras formas de cultivo e manejo. Algo que chamou a atenção não foi o fato de se retirar as palmeiras do açaí da área, mas compreender o porquê de se retirar essas palmeiras já que, posteriormente, as novas mudas a serem plantadas na área seriam da mesma variedade daquelas retirada?

Quando questionados sobre essa forma de assistência da Emater, os agricultores relataram que os técnicos não haviam dito que utilizariam a mesma variedade de açaí, e mais que parte do recurso financiado, mais de 50%, seria para aquisição de adubo para os cultivos, pois não haveria necessidade da aquisição desse adubo, haja visto que a região é frequentemente inundada por ações das marés, o que proporciona a região a fertilização natural do solo. A falta de diálogo entre os técnicos da Emater e os agricultores e agricultoras que participavam do Projeto MUTIRÃO, influenciou drasticamente na inadimplência de diversos ribeirinhos, além de deixa- los por um período médio de 5 a 6 anos, sem nem um tipo de renda.

Devido essa orientação dada pelos técnicos da Emater, na época, e a falta de conhecimento dos agricultores familiares sobre as formas de cultivo e manejo do açaí, muitos agricultores foram prejudicados e, por conseguinte, não foram capazes de cumprir com o prazo de pagamento dos seus projetos, do FNO Especial, que seria destinado para o manejo dos açaiçais, isto em 1993. É válido ressaltar que, essa prática era “imposta” pela Emater, já que o recurso só era liberado em parcelas e para libera- las, era necessário uma vistoria, logo, se o agricultor não seguisse as orientações dadas, o recurso era “trancado” e o agricultor não o acessava. O mesmo ocorreu com a AMAFRUTA, onde foi financiado o cultivo de laranja e

de coco, mas quando chegou a produção, não havia comércio, nem mesmo aqueles que haviam incentivado a implantação dos cultivos.

É possível destacar que, a articulação desses atores sociais via associação possibilitou, mesmo que timidamente, o acesso a crédito rural e financiamento. Essa articulação, no ano de 1991, pois nesse período a associação MUTIRÃO aprova um projeto de mesmo nome (Projeto MUTIRÃO), o qual fora projeto financiado com recurso italiano, pela entidade católica MANITESE. Este recurso é a fundo perdido, ou seja, não há necessidade de devolução do recurso financiado. O recurso foi no valor de U\$\$ 124.000,00 (Cento e vinte quatro mil dólares). O recurso era gerido de forma autogestionária pelo próprio empreendimento, a associação MUTIRÃO.

Com a aprovação do Projeto MUTIRÃO, os agricultores articulados, a partir da associação MUTIRÃO, perceberam a crescente demanda por açaí *in natura*, no mercado local, regional, nacional e até mesmo no internacional. Por esse motivo, buscaram investir em áreas de cultivo de açaí, visando esse comércio em ascensão. Com o foco no cultivo de açaí, foi colocada em assembleia da MUTIRÃO a necessidade de adquirir uma propriedade para implantar os primeiros cultivos de açaí. Surge nesse período a possibilidade de adquirir a área produtiva, onde atualmente está sediada a associação MUTIRÃO. Na época de implantação dos primeiros cultivos de açaí (*Euterpe oleracea* M.), a Associação MUTIRÃO chegou a ter 240 famílias, no seu quadro social.

O recurso viabilizou a aquisição de uma área produtiva de uso coletivo, a qual equivale a 540 hectares. Nesta área eram realizadas atividades de formação, onde os agricultores experimentavam, testavam as técnicas de manejo e arranjos diferenciados e, posteriormente, replicavam nas suas UPF. Dentro da unidade coletiva da MUTIRÃO, destinou-se um espaço para a construção da sede da associação, chamado de Centro de Formação Roberto Remigi. No centro, há um depósito para produção, uma Casa Familiar Rural, Dormitórios e a Casa do Administrador Local (vigilante). Além da infraestrutura, utilizada para formações e organização da produção, são disponibilizados barcos para transportes dos associados até a sede da associação nos dias de mutirão e/ou atividades coletivas, assim como para transporte da produção dos associados.

Como ressaltado pela diretoria da MUTIRÃO, esse processo de desenvolvimento é realizado de forma gradativa. Dentro da área comum, área experimental como é chamada, o quadro social realiza as atividades práticas demandadas pelos cursos e formações, com o objetivo de que possa ser vista como uma unidade de referência, ou até mesmo, uma unidade experimental.

Uma das ações prioritária foi a formação está relacionada ao manejo dos açaizais nativos. Essa formação garantiu ao quadro social da MUTIRÃO, a capacidade de manejar adequadamente seus cultivos, garantindo com as técnicas o aumento da produtividade de seus cultivos. Outro ponto a ser destacado, diz respeito a sazonalidade da área de várzea, mas conhecida como “*pobreza sazonal*”². As técnicas de manejo garantiram o extrativismo do palmito, o qual é extraído da estirpe do açaizeiro, neste caso os açaizeiros mais altos, dependendo da altura dificulta a colheita do fruto do açaí, então pode ser descartado do cultivo, além do seu material vegetal (folhas, alhos, estirpe, etc.) servirem como adubo, a partir do processo de ciclagem de nutrientes.

² São pobres os que se encontram nesta situação em decorrência de fatores sazonais. Por exemplo, são os pobres do meio rural que ingressam nesta situação em decorrência das secas. No meio urbano, também ocorre este fenômeno com aqueles que estão em atividades sob risco de desemprego (profissões em extinção). Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas_tecnicas/NT_4.pdf.

Com a articulação via MUTIRÃO foi possível perceber o avanço que a agricultura de Igarapé Miri apresentou. No município, até o ano de 1990, nenhum agricultor havia acessado formas de crédito ou financiamento. A MUTIRÃO foi a primeira entidade a ter agricultores de seu quadro social, a acessar recursos públicos para implantar ou manejar suas UPF.

É importante destacar que o acesso ao crédito foi importante, mas a falta de conhecimento específico sobre a região de várzea pelas entidades de assistência técnica, prejudicou de forma direta agricultores da região, haja visto que, aqueles agricultores familiares que não se adequassem as formas de cultivo e/ou manejo impostas pelas entidades de assistência, não teriam acesso ao recurso a ser financiado. Em virtude dessa forma de assistência na região, e pelo pouco ou nenhum conhecimento tido da região pelos técnicos, a maioria dos agricultores da MUTIRÃO perderam suas produções, áreas cultivadas e ainda ficaram devendo o valor financiado.

Associação MUTIRÃO apresenta um quadro social com 103 sócios registrados, no entanto, ainda está sendo realizado o processo de recadastramento dos sócios do empreendimento, o que significa dizer que o número de associados é maior. Sua área experimental, a qual era de uso comum dos sócios, hoje, com a reestruturação das unidades produtivas dos sócios, toda a produção retirada da mesma é comercializada, e o recurso proveniente da venda da produção é revestido para manutenção da infraestrutura da área comum da associação MUTIRÃO, além de ser utilizada para construção de novas instalações e para o pagamento de pessoas que realizam o manejo dos cultivos, assim como para pagamento de salário de pessoas contratadas para prestação de serviços, como vigilante (caseiro) da sede, além de gastos com abastecimento de água e energia elétrica. No entanto, as atividades que demandam por área para experimentação, ainda são desenvolvidas dentro da área coletiva, pois o objetivo desta unidade é servir de referência.

A Associação MUTIRÃO dentro do contexto social desenvolveu e desenvolve na região do Baixo Tocantins, debates e discussões acerca da organização social, na região do Baixo Tocantins. No decorrer da pesquisa, foi notória a importância do empreendimento, Associação MUTIRÃO, no que tange o incentivo/estimulo ao surgimento de novas formas organizacionais. Após a aprovação do Projeto MUTIRÃO, agricultores e agricultoras familiares que participaram de cursos e formações, proporcionados pela associação MUTIRÃO, buscaram dentro de suas comunidades (ilhas) formar novos empreendimentos solidários. No contexto da comercialização, constituiu-se duas cooperativas, a Cooperativa Agrícola dos Empreendimentos Populares de Igarapé Miri – CAEPIM e a Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé Miri – CODEMI, e no contexto assistencialista, com foco no fortalecimento de gênero, a Associação de Mulheres de Igarapé Miri – ASMIM.

4 Considerações Finais

Com a pesquisa fora possível concluir que, além de estabelecer relações com outras entidades de assistência técnica, de pesquisa e de ensino, a Associação MUTIRÃO conseguiu articular-se de tal modo que viabilizou o surgimento de novas formas organizacionais no município, a saber: a Cooperativa Agrícola dos Empreendimentos Populares de Igarapé Miri - CAEPIM, Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé Miri - CODEMI e a Associação de Mulheres de Igarapé Miri – ASMIM. Essa proximidade existente entre os EES possibilitou o surgimento de uma *rede* solidária, no município de Igarapé Miri.

Por fim, ao organizar agricultores e agricultoras familiares via empreendimento solidário (Associação MUTIRÃO), foi possível realizar atividades formações capazes de fortalecer o processo organizacional, viabilizando o controle da produção de açaí *in natura* dos sócios dos

empreendimentos, além de facilitar as atividades de assistência técnica e de pesquisa voltadas para a elevação e qualidade da produção, com respeito socioeconômico e ambiental.

Com a aprovação do Projeto MUTIRÃO, o quadro social da associação pôde acessar diversas instituições, nas mais distintas áreas de atuação, isto é, instituições de ensino, pesquisa e extensão, voltadas a formação em gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários, Economia Solidária, Cooperativismo e Associativismo, Cultivo e Manejo de açaí, Agricultura Orgânica, Aquicultura e Cultivo de peixe em tanque escavado, entre outras formações. Dentre as parcerias firmadas com instituições internas e externas ao município, pode-se destacar o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Igarapé Miri – STTR, Universidade Federal do Pará – UFPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental, Associação Unidade e Cooperação para o Desenvolvimento dos Povos – UCODEP, Instituto Federal do Pará/*Campus* Castanhal - IFPA/*Campus* Castanhal e a MANITESE³ (União Européia).

A Associação MUTIRÃO em mais de duas décadas de existência, possibilitou e possibilita a região do Baixo Tocantins grandes avanços no contexto da organização social. E para tais avanços, deve-se destacar a importância que o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Igarapé Miri – STTR, teve ao incentivar agricultores familiares a se organizarem e assim buscar de forma coletiva solucionar seus entraves. Dentre os quais podemos destacar a falta e/ou deficiência da assistência técnica as Unidades Produtivas Familiares – UPF, desses agricultores e agricultoras familiares, além da falta de informação sobre as formas de acesso a crédito, financiamento, entre outros.

5 Referências Bibliográficas

ABRAHÃO, E. L. C. R. Uma proposta de desenvolvimento sustentável nas pequenas comunidades dos Sem Terra. 2010.

ALVES, R. N. B.; MODESTO JÚNIOR, M. de S.; ANDRADE, A. C. da S. O trio da produtividade na cultura da mandioca: estudo de caso de adoção de tecnologias na região no Baixo Tocantins, Estado do Pará. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA TECNOLÓGICA, 2008, Campina Grande. Os desníveis regionais e a inovação no Brasil: os desafios para as instituições de pesquisa tecnológica. Brasília, DF: ABIPTI, 2008. 1CD-ROM.

ARAÚJO, T. C. A. de; GODRIM, M. D.; SOUZA, V. S. A Organização Social da Agricultura Familiar do Projeto Jaíba- MG, como desafio para o desenvolvimento local sustentável. EMATER-MG, JAIBA, BRASIL. 2007. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/333.pdf>. Acessado em: 02 de junho de 2012.

BARBOSA, C. Estado, Economia Solidária e Pedagogia. Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais – Diversidades e (des) igualdade. 2011.

BRASIL. Sociedade de Meio Ambiente Educação e Cidadania (SOMECA). Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do baixo Tocantins, Belém.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2000.

³ Vê mais em: <http://www.manitese.it/>

CARDOSO, A. C.; et al. Planos diretores no Tucupi: a experiência de elaboração de planos diretores na região do Baixo Tocantins, Estado do Pará. In. Planos diretores participativos: experiências amazônicas. Belém: EDUFPA, 2007.

CORRÊA, E. de J. A. Desafios e perspectivas de ação e mobilização de trabalhadores rurais e pescadores artesanais (ribeirinhos e agroextrativistas) nas terras e águas do Baixo Tocantins (PA). 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais. Belém-Pará. Disponível em: <http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/Desafios%20e%20perspectivas%20de%20a%C3%A7%C3%A3o%20e%20mobiliza%C3%A7%C3%A3o%20de%20trabalhadores%20rurais%20e%20pescadores%20artesanais.pdf>. 2012. Acesso em: 13 de dezembro de 2013.

COSTA, M. O. Manoel Oliveira Costa: entrevista [jan. 2014]. Entrevistador: Wagner Luiz Nascimento do Nascimento. Igarapé Miri, 2014. Entrevista concedida ao Programa Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do IFPA- Campus Castanhal.

CULTI, M. N. Conhecimento e práxis: processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários como processo educativo. *Otra Economía*, v. 3, p. 146-165, 2009.

CUNHA, G. C. In: Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária / André Ricardo de Souza, Gabriela Cavalcanti Cunha, Regina Yoneko Dakuzaku (orgs). São Paulo. Contexto, 2003.

DAL RI, N.M.; VIEITEZ, C.G. Educação Democrática e Trabalho Associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas Fábricas de Autogestão. São Paulo: Ícone-Fapesp, 2008.

DAL SOGLIO, F. K. Desenvolvimento, agricultura e agroecologia: qual a ligação? In: GUERRA, G. A. D. e WAQUIL, P. D. (Organizadores). Desenvolvimento Rural Sustentável no Norte e Sul do Brasil. Belém-PA. Paka-Tatu. p. 197-226. 2013.

Gil, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALES, R. E. Manual sobre participação e organização para a gestão local. Cali: Foro Nacional por Colômbia, 1995. 137p.

HABERMAS, J. Knowledge and human interests. Boston: Beacon Press, 1971.

JARDIM, A. C. S e PEREIRA, V. S. Metodologia Qualitativa: é possível adequar as técnicas de coleta de dados aos contextos vividos em campo?. Anais do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre. 2009.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. 1ª ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

LAVILLE, J. L. e FRANÇA FILHO, G. C. Economia Solidária, uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MARCUSE, H. *Ruison etrevolution*. Paris: Les Editions de Minuit, 1968.

MODESTO JÚNIOR, M. S.; ALVES, R. N. B.; SILVA, E. S. A. Diagnóstico socioeconômico de comunidades de mandiocultores do Baixo Tocantins, Pará. In: XIV Congresso Brasileiro de Mandioca, 2011, Maceió. MANDIOCA: FONTE DE ALIMENTOS E ENERGIA. SÃO PAULO: ABAM E SOCIEDADE BRASILEIRA DE MANDIOCA, 2011.

NUNES, Débora. Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação. São Paulo: Annablume, 2009.

OLIVEIRA, R. S. de e SANTOS, J. de L. Do pioneirismo de Rochdale ao Cooperativismo/Associativismo no Capitalismo – Uma análise do controle do estado no espaço agrário brasileiro. *Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)*, Sobral-CE, V. 14, n. 1, p. 69-80, 2012. Disponível em: www.uvanet.br/rcgs.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, B. de S. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Boaventura de Sousa Santos, organizador - 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SEN, A. *Poverty and famines – an essay on entitlement and deprivation*. Oxford: Clarendon Press, 1982. In: KAGEYAMA, A. A. *Desenvolvimento Rural: Conceitos e Aplicações ao caso brasileiro*. Porto Alegre. Editora da UFRGS. Ed.1. 240p. 2008.

SINGER, P. *Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. *Introdução a Economia Solidária*. Perseu Abramo. Economia Nacional, 2002.

SINGER, P. *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária*. André Ricardo de Souza, Gabriela Cavalcanti Cunha, Regina Yoneko Dakuzaku (orgs). São Paulo. Contexto, 2003.

SOUZA, A. L. de. *Política pública de economia solidária e desenvolvimento territorial*. *Boletim Mercado de Trabalho, Brasília: IPEA*, n. 52, p. 63-70, 2012.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1985.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 14a. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

UHLMANN, G. W. *Teoria Geral dos Sistemas: do atomismo ao sistemismo (uma abordagem sintética das principais vertentes contemporâneas desta Proto-Teoria)*. Instituto Siegen. Disponível em: <http://www.institutosiegen.com.br/documento/Teoria%20Geral%20dos%20Sistemas.pdf>. 2002. Acesso em: 10 de dezembro de 2013, 9:01 h.

VAN DER PLOEG, J. D. *Rural development: from practices and policies towards theory*. *Sociologia Ruralis*, v. 40. n. 4, p. 391-408, 2000.

WANDERLEY, N. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. In: TEDESCO (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo-RS: UPF, 2001.